LABORE
Laboratório de Estudos Contemporâneos
POLÊM!CA
Revista Eletrônica

A PSICANÁLISE APLICADA AO SOCIAL

GABRIELLA DUPIM

Doutora em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRJ/Universidade Federal do Rio de Janeiro e pela Université Rennes 2 – França. Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRJ/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas CLINP (Clínica Psicanalítica)-PPGP-IP/UFRJ.

VERA LOPES BESSET

Doutora em Psicologia (Paris V); Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia-IP-UFRJ; Coordenadora do Núcleo de Pesquisas CLINP (Clínica Psicanalítica)-PPGP-IP/UFRJ; Pesquisadora da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental (AUPPF); Pesquisadora do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa e Intervenção Social (LIPIS). Psicanalista. Membro da EBP-ECF e da AMP/Escola Brasileira de Psicanálise.

Resumo: A participação em um projeto de reinserção familiar apresenta-se como ocasião ímpar para a reflexão sobre os limites e possibilidades da psicanálise aplicada ao social. A psicanálise nos ensina a trabalhar, a ouvir a partir de cada caso, podendo dar suporte para que cada sujeito, entendido como membro de uma família, possa construir um saber sobre si e sua responsabilidade na relação com os outros. A psicanálise se insere na contramão do discurso vigente nas instituições, o discurso do mestre, que considera o sujeito como objeto de tutela. Considerá-lo como objeto implica abordá-lo de forma autoritária, a partir de portar um saber *a priori*. O discurso do analista, por sua vez, entendido como o avesso do discurso do mestre, se endereça ao sujeito. Trata-se de um discurso que, incluindo a castração, a impossibilidade de tudo saber, pode acolher as contingências de cada caso.

Palavras-chaves: Psicanálise aplicada; prática entre vários; social; não-saber.

PSYCHOANALYSIS APPLIED SOCIAL

Abstract: The participation in a project of familial reinsertion presents itself as a unique occasion in order to reflect upon the limits and possibilities of applied psychoanalysis. Psychoanalysis teaches us to work and to listen to each individual case: it can support each individual where the individual is understood as a member of a family and can thus construct self-knowledge of themselves and their responsibilities in relation to others. Psychoanalysis, in social institutions, inserts itself in opposition to the master discourse which usually dominates this kind of practice where the human subject is considered as an object which should be protected. To consider the individual as an object implies approaching them in an authoritarian way. This approach carries an a priori belief about the other, the child and the family. On the other hand,

LABORE
Laboratório de Estudos Contemporâneos
POLÊM!CA
Revista Eletrônica

the discourse of the analyst conceived in opposition to the master's discourse is addressed towards the human subject. It operates without pretending to have previous knowledge, which means an appearance of knowledge, when considering the particularity of the subject. It is a discourse that includes castration, the impossibility of knowing everything and can deal with the contingencies of each individual case.

Keywords: Applied psychoanalysis; practice among several; social, not-knowing.

Introdução

Partimos da premissa de que a psicanálise caminha na contramão da lógica contemporânea, regida pelo discurso capitalista. Na era da globalização cientificista, o que impera são práticas orientadas para enquadrar o sujeito no que tange a uma categorização universal. Em meio a políticas atuais que promovem a generalização, padronização e a vitimização do sujeito, a psicanálise se insere, considerando a contingência de cada caso visando uma responsabilização subjetiva.

Frente a esse cenário, vemos cada vez mais psicanalistas ampliando sua prática para outros campos de saber, atuando em instituições de saúde mental, sociais e jurídicas. Não se restringindo a um tratamento clínico *stricto sensu*, dentro dos consultórios particulares, eles sustentam o ato analítico para além do individual, assumindo responsabilidade pelos efeitos de suas intervenções nas instituições em que atuam. Neste texto, valendo-nos de algumas articulações teóricas, propomos uma breve reflexão sobre a inserção possível da psicanálise em uma prática institucional no campo social.

Uma prática com famílias

A instigação para elaboração desse trabalho se deu a partir da prática em uma instituição parceira da Fundação da Infância e Adolescência (FIA), órgão vinculado à Secretaria de Ação Social do Estado do Rio de Janeiro. Trata-se do Projeto de Reinserção Familiar (PRF). Esse projeto visa à reinserção e reintegração familiar de crianças e

LABORE
Laboratório de Estudos Contemporâneos
POLÊM!CA
Revista Eletrônica

adolescentes portadores de deficiência, de transtornos psíquicos ou em situação de risco psicossocial grave. As que se encontram em situação de risco psicossocial grave apresentam histórico de adesão à cultura de rua. A maioria das crianças institucionalizadas contempladas por esse projeto é portadora de transtornos psíquicos severos, como psicoses infantis, autismos e oligofrenias, muitas vezes associados a comprometimentos físicos e orgânicos.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o sistema de abrigamento no Brasil deveria ter um caráter temporário. A partir da prática no PRF, observamos que esse mesmo sistema acaba por impor à crianças e jovens um regime de semiconfinamento permanente. Uma grande parcela das crianças e adolescentes, da qual se ocupa o Projeto de Reinserção Familiar, passa a maior parte de sua infância e adolescência nas instituições de abrigo sem ao menos receber visitas de seus familiares. Permanece nessas entidades muitas vezes até alcançar a maioridade legal sendo, então, inserida no sistema de adoção ou encaminhada para instituições, que acolhem adultos, que se assemelham a verdadeiros depositários humanos (Rizzini, 2008).

As famílias contempladas no Projeto de Reinserção Familiar (PRF) pertencem a uma camada da população segregada da sociedade de consumo, resto no discurso do capitalista. Com frequência, são moradores de favelas e comunidades carentes nas quais impera a violência e o tráfico de drogas. O poder paralelo vigente nessas comunidades, seja pela autoridade do traficante, seja pelas milícias, funciona como regulador da lei, mediando e organizando a convivência civil onde a lei do Estado não chega (Besset et als., 2008).

Em meio ao caos urbano das favelas, o Estado comparece tentando *salvar* a infância da selvageria. Intervém por meio de mandados judiciais retirando crianças e adolescentes do seio familiar, *protegendo-os* em instituições de abrigo, alegando uma situação de risco social grave. Para tanto, dispensa a autoridade da lei que se transmite pela própria família.

LABORE
Laboratório de Estudos Contemporâneos
POLÊM!CA
Revista Eletrônica

A efetivação desse projeto é realizada por profissionais de psicologia, que acompanham o entorno familiar das crianças abrigadas. A metodologia de trabalho consiste em visitas domiciliares regulares aos familiares de referência, aos abrigos e aos dispositivos da rede social, assim como entrevistas e reuniões com os responsáveis na sede do projeto. As visitas domiciliares têm como intuito uma aproximação dos familiares das crianças, considerando o contexto em que vivem, fornecendo subsídios para que se responsabilizem e se autorizem por sua função parental, desautorizada pelo Estado. O processo de reaproximação familiar é lento e gradual, posto que, durante a permanência no abrigo, os vínculos afetivos entre as crianças e seus familiares tornam-se muitas vezes esgarçados, o que desfavorece a reinserção familiar.

Além do acompanhamento das famílias, as articulações em parceria com juizados, conselhos tutelares, centros de referência em assistência social (CRAS) e outros dispositivos de rede são realizadas pelos profissionais de psicologia tendo por finalidade ampliar a possibilidade de suporte ao entorno familiar no processo de reinserção da criança e do adolescente. Trata-se de fornecer subsídios para que cada família, em sua particularidade, possa se responsabilizar pela função que exerce, legitimando sua autonomia e cidadania. Por essa razão, é possível afirmar que é um trabalho que se insere na contramão das atuais políticas públicas de assistência, muitas vezes assistencialistas, que adotam medidas que contemplam o sujeito em situação de miserabilidade enquanto objeto de proteção do Estado. Tais medidas acabam gerando, por um lado, a desautorização dos responsáveis e, por outro, a vitimização das crianças.

Nesse projeto, o diálogo com outros profissionais que atuam no campo social torna-se imprescindível, pois não se trata de apostar na psicanálise como saber único, desconsiderando a importância do judiciário e da assistência social (Dupim, G., 2009). Cada uma dessas instâncias assume o papel que lhe cabe em sua prática. A ação da psicanálise no campo social incide no que faz limite aos demais saberes implicados no trabalho com essa população que se encontra à margem da sociedade.

LABORE
Laboratório de Estudos Contemporâneos
POLÊM!CA
Revista Eletrônica

A psicanálise aplicada

Nos últimos anos, a discussão sobre a psicanálise aplicada tem interessado diversos autores. Observam-se cada vez mais demandas que convocam a psicanálise a dialogar com outros campos de saber. Diversos são os relatos da experiência de profissionais que atuam orientados pelos princípios psicanalíticos em hospitais, escolas, nas mais diversas instituições, da saúde mental a instituições sociais ou mesmo jurídicas (Dupim, Espinoza & Besset, 2011; Guerra, 2011; Costa, 2011; Alberti, 2011; Vilhena, Rosa, 2011; Miller, 2004).

Nesse contexto, Laurent introduz o termo analista-cidadão, que seria o analista que responde ao chamado que lhe é feito, de se pronunciar ativamente sobre os eventos de seu tempo, seja na *media*, seja nas instituições em que trabalha. Ao fazê-lo, sua fala certamente trará as marcas de sua formação; e espera-se que ele seja capaz de produzir efeitos que só um analista poderia causar. Esse autor é imperativo ao afirmar que:

> Os analistas têm que passar da posição de analista como especialista da desidentificação à de analista-cidadão. Um analista cidadão no sentido que tem esse termo na teoria moderna da democracia. Os analistas precisam entender que há uma comunidade de interesse entre o discurso analítico e a democracia, mas entendê-lo de verdade! Há que se passar do analista fechado em sua reserva, crítico, a um analista que participa; um analista sensível às formas de segregação; um analista capaz de entender qual foi sua função e qual lhe corresponde agora. (Laurent, 1999, p. 13)

Se como nos ensina Brousse (2003), o inconsciente é a política, e ser analista é dar crédito ao inconsciente, o analista é responsável pela presença do discurso analítico no laço social. A política da psicanálise não é alheia às transformações da cultura, uma

LABORE
Laboratório de Estudos Contemporâneos
POLÊM!CA
Revista Eletrônica

vez que o analista-cidadão se aproxima das questões referentes a *polis* marcando sua posição ética. Assim, a psicanálise é cada vez mais convocada a atuar nos mais diversos campos, fora dos limites dos enquadres clássicos e das práticas *standard*. Segundo Vilhena e Rosa (2012),

> Nos dias atuais a psicanálise engendra diálogos com diferentes campos de saber e em diferentes espaços muito além do consultório particular. Tal fato, que se mostra uma tendência inexorável, tem em Freud seu mais sólido respaldo, pois ele já afirmava que a psicanálise possui uma essência que não se perde, ainda que o trabalho analítico ocorra em outras esferas que não o *setting* convencional (p. 109).

Observamos que, embora as questões referentes à aplicabilidade da psicanálise sejam alvo de discussões frequentes na atualidade (Miller, 2004), a relevância desse tema já se mostrava cara a Freud: “as aplicações da psicanálise são também uma confirmação dela” (Freud, 1932/2006, p. 138). Consideramos que o mote das discussões outrora norteadas pela questão da legitimidade da prática analítica deslocou-se para os diferentes modos de operar das quais lança mão a psicanálise. Não se trata mais de julgar se numa prática trata-se ou não do exercício da psicanálise, mas sim, de se interrogar sobre os princípios que a orientam. Freud esclarece:

> La actividad psicoanalítica es difícil y exigente, no admite ser manejada como las gafas que uno se pone para leer y se quita cuando va de paseo. En general, el psicoanálisis reclama la dedicación exclusiva del médico, o no lo ocupa para nada. Por lo que yo sé, los psicoterapeutas que se sirven del análisis de manera ocasional no pisan un terreno analítico seguro; no han aceptado el análisis íntegro,

LABORE
Laboratório de Estudos Contemporâneos
POLÊM!CA
Revista Eletrônica

> sino que lo han diluido, acaso le han <<quitado el veneno>>; no se puede contarlos entre los analistas. (Freud, 1933 [1932]/2006, p. 126-145)

Ao abordarmos a ação da psicanálise em sua relação com outros saberes, torna-se importante especificar os princípios que norteiam sua prática. Ferrari (2004) indica que a psicanálise trabalha em direção contrária a generalização e vitimização do sujeito, considerando caso a caso e buscando a responsabilização subjetiva.

A particularidade da proposta psicanalítica implica em contemplar o sujeito a partir do que lhe é particular, separando-o das classificações universalizantes (Miller & Milner, 2006). Nessa perspectiva, o psicanalista atua levando em consideração isso que sobra, que fica como resto e que tem como pressuposto a própria impossibilidade constituinte do sujeito. Esse "não-pode, que marca a falta, que funda o sujeito como desejante" (Besset, 1997, p. 69).

Para nos aportarmos no que difere abordar o sujeito enquanto objeto de tutela ou sujeito desejante, considerando-o em sua particularidade, utilizaremos o recurso dos discursos de Lacan. Os discursos nos permitem pensar o lugar do Estado, encarnando o lugar do mestre, e também o lugar do analista em práticas institucionais. Refletir sobre os discursos à luz da cultura torna possível discutir de forma mais ampla as normas e condutas adotadas pelos profissionais sociais nas instituições. Além de esclarecer de que modo a presença do analista nessas instituições pode contribuir para fazer vacilar as bases sólidas em que a normatização das condutas está ancorada.

As medidas socioprotetivas do Estado, em relação às crianças e adolescentes em situação de risco, podem muitas vezes estar a serviço da vitimização, por colocá-los na posição de objetos de tutela. Esse tipo de iniciativa pode gerar, ao mesmo tempo, uma desautorização dos responsáveis, na medida em que os mesmos transferem para o Estado a responsabilidade sobre esses menores. Sendo assim, as medidas socioprotetivas deveriam garantir os direitos das crianças e os deveres dos pais podem, muitas vezes,

LABORE
Laboratório de Estudos Contemporâneos
POLÊM!CA
Revista Eletrônica

gerar o inverso: A destituição da autoridade e desresponsabilização familiar. Um exemplo disso é o que ocorre em um município do Estado do Rio de Janeiro. Nele, é comum ouvirmos crianças ameaçarem seus pais de denunciá-los à *Dra. A*, caso sejam contrariadas. A posição adotada pela juíza em pauta objetiva promover um *bem* para as crianças, protegendo-as dos responsáveis. Mas, atuar em nome de um *bem*, pode causar consequências desastrosas para um sujeito.

Ao colocar o Estado como protetor acima da autoridade dos pais, estes acabam sendo destituídos de suas funções diante de seus próprios filhos. Desse modo, vemos pais desautorizados e com dificuldades de assumir a responsabilidade inerente ao lugar que ocupam. Esse procedimento, que visa normatizar as condutas, parte de um saber *a priori* sobre o sujeito, universalizante, e não considera a particularidade de cada caso. Em ocasião anterior, Besset afirma, sobre pais que se apresentam desautorizados, que:

> O desafio que o trabalho com esses pais nos coloca é, com base no saber específico do qual dispomos, o da psicanálise, fazer valer a *douta ignorância*, atribuindo saber, mesmo que suposto, ao sujeito que nos fala. Delineia-se, assim, uma orientação despida de qualquer objetivo pedagógico, que especifica essa modalidade de atendimento. (Besset, 2005, p. 88-89)

Um saber que não se sabe

A psicanálise aplicada associa-se ao tratamento do sintoma, ao alívio do sofrimento ocasionado igualmente pela inibição e pela angústia, tomando como ponto de partida a transferência, que coloca em questão a relação do sujeito com o saber. Como Miller (1998) assinala, na psicanálise trata-se de um saber referente a um não-saber, que é o marco mesmo do saber. Conforme essa lógica, cabe ao analista ignorar o que sabe de antemão, posto que se sabem muitas coisas e que só poucas coisas se ignoram, sendo que

LABORE
Laboratório de Estudos Contemporâneos
POLÊM!CA
Revista Eletrônica

a ignorância estaria situada no conjunto do saber. A douta ignorância se articula, por um lado, com o saber do analista e por outro, com o desejo do analista (Rabinovich, 2000). Assim, “ao recusar o lugar de quem sabe sobre o sujeito e sobre aquilo que lhe causa, o analista abre a via de um percurso” (Besset, 2001, p. 161)

A esse saber que não se sabe, atribuímos o saber inconsciente de cada sujeito (Besset, 2005). Esse saber não pode ser transmitido pelo Outro, tal qual pretende aquele que encarna o discurso do mestre, que acredita portar um saber absoluto sobre o sujeito, fixando-o na posição de objeto passivo, mero receptor de conhecimento. Segundo Cohen (2006), esse saber inconsciente possui um núcleo de impossível transmissibilidade.

No texto de “Variantes do tratamento-padrão”, Lacan (1998a) designa a paixão da ignorância como um tipo de paixão do ser, tal como o amor e o ódio. Acrescenta a isso, que a paixão da ignorância seria própria ao analista, não devendo ser entendida como ausência de saber. Considerando as formulações sobre a paixão da ignorância, Lacan esclarece que, “o fruto positivo da revelação da ignorância é o não-saber, que não é uma negação do saber e sim uma forma mais elaborada” (Lacan, 1969/1992, p.360). Nesses termos, a assunção da ignorância, quando nos damos conta dela, permitiria a emergência do não-saber, posição ética cara ao analista. Esse saber não sabido, contido na douta ignorância, se caracteriza, portanto, pela impossibilidade de ser transmitido, posto que desloca o saber para o lado do sujeito. Assim, a noção de *a posteriori* nos serve como aporte para pensarmos a dimensão do saber na psicanálise, em oposição à noção do saber *a priori* sobre o sujeito, tal qual se posiciona o mestre.

No âmbito de uma prática institucional, nos interessam em particular as formulações acerca dos discursos do mestre e do analista, que nos auxiliam a pensar no que difere a posição dos trabalhadores sociais e do analista numa instituição social. Trabalhamos com a hipótese de que os trabalhadores sociais, assim como o Estado, atuariam a partir do discurso do mestre, enquanto que a presença do discurso do analista, nessas instituições, faria furo a esse discurso vigente. O Estado, ou aquele que governa,

LABORE
Laboratório de Estudos Contemporâneos
POLÊM!CA
Revista Eletrônica

pode ocupar o lugar de agente no discurso do mestre. Mas, quais as consequências de se posicionar nesse lugar? Posicionar-se em posição de agente no discurso do mestre implica em se dirigir ao outro como objeto, o que significa fazer valer sobre esse outro um saber *a priori* e absoluto.

Considerações Finais

A presença da psicanálise nas instituições depende essencialmente da posição ética adotada por quem efetua uma ação nesse campo. Seguindo a indicação de Freud (1933 [1932]/2006, p. 132), "não tirando os óculos para caminhar e colocando-os em seguida", podemos enxergar melhor os efeitos produzidos nas diversas formas de intervenção da psicanálise. Nesse contexto, acreditamos que o analista-cidadão (Laurent, 1999) deve se ocupar das questões de seu tempo. Para tanto, deve fazer da psicanálise um instrumento para enfrentar os conflitos contemporâneos, respeitando uma posição condizente com a ética da responsabilidade. Isso torna possível pensarmos a inserção da psicanálise nos mais diversos campos e sua interseção com diversos saberes (Rudge, Besset, 2012).

Cabe aos analistas atravessados pelos princípios que norteiam a psicanálise de orientação lacaniana fazer valer da ética do desejo, do amor de transferência e da crença no inconsciente. Desse modo, na contingência do caso a caso, seja na clínica, nas escolas, hospitais ou instituições sociais, podem apostar no saber que não se sabe.

Referências Bibliográficas

Alberti, S. Psicanálise e intervenção no social: um exemplo.(2011) In: H. Caldas, S. Altoé. *Psicanálise, Universidade e Sociedade* (pp. 227-238). Rio de Janeiro: Cia de Freud: PGPSA/UERJ.

LABORE
Laboratório de Estudos Contemporâneos
POLÊM!CA
Revista Eletrônica

Besset, V.L. (1997). Quem sou eu? A questão do sujeito na clínica psicanalítica. In: *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, vol. 49, n 4, ano 1. Revista do Instituto de Psicologia.

_____ (Junho, 2005). *Clínica com Adolescentes: de que pai se trata?* Psicologia em revista. Vol. 11, N. 17, 2005, p. 86-95. Recuperado 20/07/2009 em: www.pucminas.br.

_____Cohen, R.H.P., Coutinho, L.G., Rubim, L. M. (2007). A psicanálise na cultura: novas formas de intervenção. *Psicologia em Revista*. Vol. 13. N. 1. , 27-40.

Brasil, (2005). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Ministério da Educação, Brasília.

Brousse, M. H. (2003). *O inconsciente é a política:* Seminário Internacional. São Paulo: EBP-SP.

Cohen, R.H.P. (2006). *A lógica do Fracasso Escolar: psicanálise e educação*. Rio de Janeiro. Contra Capa Livraria.

Costa, A. Sobre o saber na pesquisa e intervenção no campo social.(2011) In: H. Caldas, S. Altoé. *Psicanálise, Universidade e Sociedade* (pp. 239-266). Rio de Janeiro: Cia de Freud: PGPSA/UERJ.

LABORE
Laboratório de Estudos Contemporâneos
POLÊM!CA
Revista Eletrônica

Dupim, G. (2009). A psicanálise na cidade. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Rio de Janeiro.

Dupim, G., Espinoza, M., Besset, V. (2011) Discurso do analista em uma prática social. In: H. Caldas, S. Altoé. *Psicanálise, Universidade e Sociedade* (pp. 267-284). Rio de Janeiro: Cia de Freud: PGPSA/UERJ.

Ferrari, I.F. (2004). *Trauma e Segregação*. Latusa n 9. Rio de Janeiro: EBP-Rio, p.149-162.

Freud, S. (2006). *Esclarecimientos, aplicaciones, orientaciones. Nuevas conferencias de introducción al psicoanálisis*. Sigmund Freud. Obras Completas. Vol. XXII. B. Aires: Amorrotu Ed., p. 126 a 145. (Obra originalmente publicada em 1933).

Guerra, A.M. (2011). Profanação e resistência: psicanálise, pesquisa e intervenção social. In: H. Caldas, S. Altoé. *Psicanálise, Universidade e Sociedade* (pp. 67-80). Rio de Janeiro: Cia de Freud: PGPSA/UERJ.

Lacan, J. (1998a). *Variantes do tratamento-padrão.* In: Escritos, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor 1998.

_____. (1998b). *A direção do tratamento e os princípios de seu poder*. In: Escritos, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

LABORE
Laboratório de Estudos Contemporâneos
POLÊM!CA
Revista Eletrônica

_____**.** (1992). *O Seminário, livro 17. O avesso da psicanálise.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Laurent, E. (1999, setembro). *O analista Cidadão*. Curinga n. 13. Belo Horizonte. Revista da EBP –Minas.

Miller, J-A. (1998). *Los signos del goce*. Buenos Aires. Paidós.

_____. (2003, novembro). Da Utilidade Social da Escuta. *Opção Lacaniana* n. 38.

_____. (2004). *Psicoanálisis puro, psicoanálisis aplicado y psicoterapia.* Tradução do original: Psychanalyse pure, psychanalyse appliquée e psychothérapie. La Cause Freudienne, n. 48, p. 7-35. Recuperado em 20/06/2009 em: www.wapol.org.

_____. & MILNER, J.C. (2006). *Você quer mesmo ser avaliado?: entrevistas sobre uma máquina de impostura.* São Paulo. Série Lacaniana.

Rabinovich, D.S. (2000). *O desejo do psicanalista: liberdade e determinação em psicanálise.* Rio de Janeiro: Companhia de Freud editor.

Rizzini, I. (2008). *Do confinamento ao acolhimento – Institucionalização de crianças e adolescentes com deficiência: desafios e caminhos* – O cerne da questão: síntese dos dados apontados pela pesquisa. Publicação referente à pesquisa: Do

LABORE
Laboratório de Estudos Contemporâneos
POLÊM!CA
Revista Eletrônica

Confinamento ao acolhimento: mudando a prática de institucionalização de crianças e adolescentes com deficiência no Estado do Rio de Janeiro, sob coordenação de Irene Rizzini, professora do departamento de Serviço Social da PUC-Rio e diretora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI).

Rudge, A. M, Besset, V. (2012) *Psicanálise e outros saberes*. Rio de Janeiro: Cia de Freud/FAPERJ.

Vilhena, J., Rosa, C.M. (2012). Na trama da cultura. A psicanálise para além das quatro paredes. In: A. M. Rudge, V. Besset. *Psicanálise e outros saberes* (pp. 109-132). Rio de Janeiro: Cia de Freud/FAPERJ.

Vilhena, J., Rosa, C.M. (2011). A clínica psicanalítica nos espaços abertos do CAPS. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. Rio de Janeiro, 63(3), 130-147. Recuperado em 26/02/2014 em: http://www.psicologia.ufrj.br/abp/

http://www.psicologia.ufrj.br/abp/

Recebido: 17/03/2014

Aceito: 08/02/2014